

economia



Observador

Affonso Ritter

aritter20@gmail.com

Apoie empresas do RS

Afetada pela tragédia gaúcha, a Selecionados Uniagro, de Porto Alegre, reforça o compromisso da empresa na reconstrução do Estado, através do desenvolvimento econômico e social e principalmente no valor humano. A empresa se junta às centenas de outras na campanha de incentivo ao consumo de marcas gaúchas, "Apoie Empresas do RS". A equipe da Selecionados Uniagro, atuando em home office, continua a atender clientes de todo o Brasil e realiza as entregas ao restante do País através de dois Centros de Distribuição: em Itajaí (SC) e em Cajamar (SP). Um terceiro CD em Porto Alegre está fechado devido aos acontecimentos.

A equipe atua nas ruas

Toda a energia da Selecionados Uniagro está voltada para a comunidade gaúcha. Sua equipe está atuando nas ruas, prestando assistência em resgates, realizando doações e exercendo trabalhos voluntários. E, reforçando o apoio, está doando 10% das vendas do site da marca ao Instituto Cultural Floresta, que auxilia nas doações aos afetados das enchentes, além de realizar diversos resgates.

Mil cobertores por semana para doar

Serão cerca de 1.000 cobertores produzidos por semana durante todo o inverno na Bimar Malhas, de Farroupilha (RS), exclusivamente para doação. Enquanto houver demanda, o esforço não vai parar. A empresa adaptou a linha de produção, dedicando uma célula de teares com cinco unidades para a tarefa. Cada cobertor leva cerca de 25 minutos para ficar pronto e pesa cerca de 1kg. Na estampa, palavras de carinho e afeto, junto ao desenho do mapa do RS. Além dos cobertores, a marca também estruturou a produção de luvas, meias e toucas exclusivamente para doação.

Pessoas com deficiência

O Pertence está à frente de uma iniciativa crucial em Porto Alegre para identificar e prestar assistência às pessoas com deficiência atingidas pelas enchentes. A instituição tem mapeado as necessidades específicas dessas pessoas e de suas famílias. O foco é entender onde elas estão e quais as suas principais demandas no momento, considerando desde alimentos adequados a itens de higiene pessoal, acessibilidade física e de comunicação, além de materiais de limpeza.

Voo de Avião Solidário

Em operação conjunta do programa Avião Solidário com o Ministério da Defesa do Brasil, o Boeing 767 da Latam Cargo operou um voo especial e gratuito a partir da Base Aérea de Guarulhos para a Base Aérea de Canoas. A bordo, uma carga de 51 toneladas de doações de cestas básicas, água, colchões e cobertores, entre outros itens, arrecadados por empresas, cidadãos e instituições do terceiro setor em prol das vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul.

A desoneração da folha

A Justiça Federal da Paraíba deferiu pedido de liminar que mantém a desoneração da folha de pagamentos por 90 dias para uma empresa do setor têxtil de João Pessoa (PB). Segundo a advogada tributarista Renata Ribeiro Kingston, sócia do escritório Mello Torres, a urgência da medida reside na proximidade da data de vencimento para o pagamento da obrigação tributária.

Minoritários da Sultepa

Grupo de acionistas minoritários da gaúcha Sultepa S/A, em Recuperação Judicial desde 2015, obtiveram liminar favorável ao cancelamento da Assembleia Geral Ordinária marcada para início de maio, em ação movida pelo escritório Brenner & Caletti Advogados e aceita pela 10ª Vara Cível do TJRS. A decisão condiciona nova AGO à divulgação da lista completa de acionistas, conforme já pleiteado perante a CVM, detalha Eduardo Zarpelon, sócio do escritório.



CIEE-RS cria canal para doações e troca de ideias para a reconstrução do estado

A prioridade numa catástrofe é salvar vidas. As medidas mais urgentes que o Rio Grande do Sul precisa no momento são as voltadas para o resgate de pessoas atingidas pelas enchentes, o seu acolhimento imediato e o atendimento em saúde – física e mental.



Licença provisória para carros novos é liberada

Apelo feito por concessionárias levou Detran-RS a adotar medida

/VEÍCULOS

Patrícia Comunello

patriciacomunello@jornaldocomercio.com.br

Assunto que a coluna Minuto Varejo tinha noticiado acaba de ter uma solução que libera o faturamento da venda de carros novos e dá um gás financeiro às concessionárias gaúchas. O Detran-RS anunciou, na última sexta-feira, que as lojas vão poder emitir documento provisório para liberar o registro dos modelos zero quilômetro. Ainda não será possível fazer o emplacamento dos veículos.

O departamento disse que é "uma solução de contingência". As concessionárias estão impedidas de emitir o documento pelo caminho convencional porque o sistema eletrônico não está disponível devido ao impacto das inundações. O Detran-RS depende da Procergs, que foi afetada fisicamente pelas cheias na área central de Porto Alegre.

A emissão provisória será feita por uma aplicação virtual, diz o Detran-RS. "Não haverá nenhum custo extra ao cidadão para a geração desse documento, que é uma alternativa à indisponibilidade momentânea do sistema convencional", esclarece o departamento, em nota no Instagram.

A revendedora insere os dados e faz o upload das informações (subir no sistema) pelo CRVA Digital. São inseridos dados do comprador, chassi do veículo e



JEFFERSON FÜRSTENAU/DIVULGAÇÃO/JC

Lojas vendiam veículos, mas não faturavam devido à falta do sistema

da nota fiscal. "A partir disso, será feita a verificação das informações junto à base de dados nacional, viabilizando então a emissão do documento", explica o Detran-RS.

Um detalhe importante ligado à atual situação gerada pelas cheias. O documento provisório só é válido para circulação dentro do Rio Grande do Sul e terá validade de 15 dias.

O Detran-RS orienta que, depois deste prazo, o comprador deve ir a um CRVA para fazer "o procedimento de transferência no sistema informatizado convencional, gerando o documento definitivo". As concessionárias devem se cadastrar no app.crvadigital.com.br/preCadastroRevenda. O registro do veículo novo é feito em <https://app.crvadigital.com.br/revenda>.

"Isso já ajuda muito, facilita muito o nosso negócio", reage o presidente do Sindicato das Con-

cessionárias e Distribuidores de Veículos do RS (Sincodiv/Fenabrave-RS), Jefferson Fürstenau, após saber da medida. A entidade buscava a liberação para destravar o faturamento em meio à maior crise climática do Estado.

As cheias afetaram mais de 300 lojas, que estão fechadas. O setor tem mais de 700 estabelecimentos que atuam com veículo zero, de motos a automóveis. Fürstenau lembra que a licença provisória ameniza em parte as restrições vividas pelo segmento. É que a licença provisória só vale para unidades novas compradas à vista. "Nos usados, não é possível transferir e nem venda com financiamento de bancos", cita ele.

Hoje 30% dos automóveis novos vendidos no mercado gaúcho são financiados, segundo o sindicato, enquanto 90% das motos dependem de crédito. "Portanto, a venda de motos está quase parada", alerta Fürstenau.

Lula sanciona e seguro DPVAT volta a ser cobrado

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), sancionou, com vetos, a lei que recria o DPVAT, que não era cobrado desde 2020 no Brasil e agora terá o nome de Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito (SPVAT).

De acordo com publicação no Diário Oficial da União (DOU), o presidente vetou os artigos que estabeleciam multa pela falta de pagamento do Seguro Obrigatório, que deve custar entre R\$ 50 e R\$ 60 por ano aos proprietários de veículos.

Pelo texto aprovado no

Congresso, a falta de pagamento seria considerada "infração grave".

"Em que pese a boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, pois acarreta ônus excessivo pelo não pagamento do SPVAT ao classificar a conduta como infração grave, que ensejará a aplicação de multa cujo valor atual é R\$ 195,23. Ressalte-se que o Projeto de Lei Complementar já prevê a obrigatoriedade de quitação do prêmio do SPVAT para fins de licenciamento anual, de transferência de propriedade e de baixa de registro de veículos automoto-

res de vias terrestres", justificou o Planalto. A lei sancionada também altera o arcabouço fiscal, possibilitando a antecipação de um crédito de cerca de R\$ 15 bilhões por causa do aumento da arrecadação no primeiro bimestre deste ano.

A alteração no arcabouço fiscal foi feita por meio de um "jabuti" (inclusão de um texto sem ligação com o assunto original da proposta).

O governo federal escolheu esse projeto por estar em tramitação mais avançada e para garantir a aprovação da mudança na nova regra fiscal.